

O REMANEJO DO CERRADO PELO POVO KRAHÓ: AS ROÇAS E AS ESPÉCIES CULTIVADAS

THE CERRADO REHANDLING BY THE KRAHÓ PEOPLE: CROPS AND CULTIVATED SPECIES

EURÍPEDES MONTEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Arquiteto e Urbanista e Docente do Curso de Engenharia Civil da UEG -
Universidade Estadual de Goiás, Campus Henrique Santillo, Anápolis / GO
aparak@bill.arq.br

Resumo: Estudo etnoecológico do uso e remanejo do Cerrado pelos Índios Krahó, onde procuramos analisar a dinâmica de sua agricultura; suas difusões e empréstimos. No que se refere ao uso e remanejo do Cerrado, analisamos neste artigo, a evolução do espaço rural Krahó, a partir do estudo da constituição de suas roças, bem como da sua localização e das espécies de plantas por eles cultivadas, com seu conseqüente desenvolvimento histórico e intervenções ambientais, considerando o período compreendido entre os primeiros contatos e os dias atuais.

Palavras-chave: Etnoecologia. Remanejo. Cerrado. História.

Abstract: Ethnoecologic study of use and rehandling of the Cerrado for the Krahó Indians, in this paper, we look for to analyze the dynamics of its agriculture; its diffusions and loans. As for the use and rehandling of the Cerrado, we analyze in this article, the evolution of the agricultural space Krahó, from the study of the constitution of its plants, as well as its localization and the species of plants for cultivated them, with its consequent historical development and ambient interventions, considering the period between the first contacts and the current days.

Keywords: Ethno ecological. Remade. Cerrado. History.

INTRODUÇÃO

Antigamente os Krahó eram um povo seminômade e portanto, mudavam periodicamente suas aldeias de lugar, em intervalos que variavam entre cinco e seis anos. A agricultura Krahó era, à essa época, auto-suficiente, mesmo cultivando uma pequena variedade e quantidade de espécies de plantas. Sua agricultura era tão eficiente que os Krahó chegaram inclusive a realizar expedições para venderem seus produtos excedentes em Itacajá e até mesmo em Carolina, localizada nas margens do rio Tocantins, a mais de duzentos quilômetros abaixo de suas aldeias.

Em 1815, Francisco de Paula Ribeiro, em missão oficial ao norte da Província de Goiás, visita a vila de São Pedro de Alcântara (atual cidade de Carolina), encontrando-a

com “menos de vinte pessoas pobríssimas, que viviam quase como selvagens, subsistindo até das mesmas batatas que os índios plantavam e lhes davam.”¹

A quantidade, a variedade e a proporção de cada espécie cultivada pelos Krahó a época dos primeiros contatos com os colonizadores, em princípios do Séc. XIX, certamente não eram as mesmas que as atuais. A incorporação de ferramentas agrícolas, juntamente com a introdução de novas espécies e profundas mudanças nas técnicas de cultivo, contribuíram decisivamente para uma trágica mudança de atitude destes Índios, diante de uma nova realidade, onde o esquecimento de suas técnicas tradicionais de agricultura, o abandono do cultivo de algumas espécies e a incorporação de outras, acabaram por destruir paulatinamente um modo de produção agrícola, que outrora, era capaz de manter satisfatoriamente a subsistência do grupo, enquanto que atualmente, responde por apenas uma pequena parte de sua manutenção.

O FOGO E O MEIO AMBIENTE

A principal atitude que antecede a criação e implantação do espaço agrícola, é sem dúvida a destruição da cobertura viva original; é necessário retirar totalmente, as espécies remanescentes de um longo processo “natural” ou não de adaptação e remanejamento dos campos e florestas e a execução desta tarefa requer uma grande quantidade de trabalho e energia.

Desde a pré-história, o fogo tem sido o principal elemento utilizado para suplantar essa grande quantidade de energia e trabalho, necessários à preparação da terra para a exploração através da agricultura ou da pecuária. Somente após o recente desenvolvimento de máquinas e equipamentos adequados a exploração dessas áreas é que o fogo deixou de ser tão necessário, mesmo assim, os incêndios (fogo fora de controle) e queimadas (fogo controlado) ainda são freqüentes, sobretudo na região do Cerrado, onde seu emprego em larga escala, provocou e ainda hoje provoca profundas modificações nesse ecossistema.

O emprego das queimadas tanto na agricultura como na pecuária, substitui portanto, a capina a mão ou o emprego de máquinas na limpeza do terreno e acaba por fornecer uma mistura de terra e cinza que será utilizada para a formação da nova cobertura vegetal. Este processo extremamente agressivo ao meio ambiente, acaba por provocar o surgimento de

¹ Viagem as Rio Tocantins pelo sertão do Maranhão, em 1815; In: Enciclopédia dos municípios Brasileiros.

uma grande variedade de espécies de plantas adaptadas ao fogo, como é o caso da maioria das plantas do Cerrado, além de provocar também, a destruição da matéria orgânica e dos microorganismos presentes no solo. Uma outra consequência, igualmente grave, é o enrijecimento (endurecimento ou compactação) do solo, provocado pela queima dos cristais de argila presentes neste material e sobretudo, pelo rebaixamento do lençol freático e do esvaziamento das águas superficiais.

As queimadas provocadas para a pecuária, com o objetivo de formar pastagens, são, freqüentemente menos agressivas ao meio ambiente, pois são mais superficiais e justamente por isto, queimam apenas as gramíneas que compõem a forração superior, preservando a maioria das grandes árvores e da fauna endógena. Por outro lado, as queimadas utilizadas no preparo da terra para a agricultura, possuem uma ação mais profunda pois, quando as grandes árvores não podem ser derrubadas por processos mecânicos, elas são abatidas, colocando-se fogo na base de seu tronco. Depois de tombada, coloca-se novamente o fogo ao longo de todo o seu tronco, até consumi-la totalmente, deixando apenas os tocos ao longo do terreno.

Este processo conhecido como “roça de coivara”, foi desenvolvido e praticado pelos índios ao longo de toda sua permanência em nossa região.

AS ROÇAS

À época em que ocorreram os primeiros contatos, os Timbira cultivavam, em suas pequenas roças (pur), apenas batatas (batata doce, inhame e cará), amendoim e duas variedades de milho (catité ou zaburro), durante o período das chuvas, entre os meses de novembro a maio, podendo-se estender até junho, utilizando as sementes que guardavam desde o ano anterior, tradicionalmente como ainda hoje o fazem. Durante o período de seca, esses Índios deixavam suas aldeias (Kri) e partiam em busca de caça e coleta dos frutos do Cerrado, deixando para trás os velhos que não conseguiam mais caminhar e os doentes, juntamente com algumas pessoas encarregadas de melhor socorre-las. É certo que este costume há muito foi abandonado pelos Krahó e demais Timbira, tendo em vista que atualmente encontram-se confinados em reservas indígenas e, portanto não possuem território amplo bastante para continuarem desenvolvendo essa prática. Além disto, o

contato com a sociedade envolvente (Cupên), forçou o desenvolvimento de outras formas de subsistência, como a introdução de novas espécies para cultivo, mudança nos hábitos alimentares, dentre outros. Francisco de Paula Ribeiro faz um precioso relato do cotidiano desses Índios logo após os primeiros contatos:

Vagam errantes pelo districto que lhes pertence todo o enxuto tempo do verão, sendo nesta estação que mais propriamente utilizam as caças e os fructos dos seus terrenos. Ao annuncio das primeiras chuvas marcham para as povoações, que até então haviam ficado com pouca gente guardando, e servindo os seus inválidos; preparam então a pouca terra que costumam plantar de batatas, mendubis, e milho catité ou zaburro, e entre tanto que cresce e sazona a plantação, comem elles a coberto das invernadas os gêneros que do ano passado ficaram reservados em paioes particulares, que cada uma família guardou escondidamente para si. Nos meses de maio e junho recolhem a colheita, a qual guardam a mesma forma para o ano seguinte, e largam novamente as povoações para ir outra vez desfrutar nos campos os nossos provimentos, que a natureza lhes preparou (RIBEIRO, 1819, p. 187)

Considerando-se os relatos de Zacarias Campelo², até 1926, quando foram definitivamente incorporadas as ferramentas agrícolas na elaboração de seus cultivares, os Krahó faziam suas roças (pur) nas áreas de terras mais férteis (pjê pej), localizadas preferencialmente nas margens das matas ciliares (co toh káh nã iron), quebrando a vegetação menor a golpes de cacete, deixando as árvores maiores (párkô) para serem derribadas ateando fogo em seus troncos. Em seguida, o plantio era feito utilizando-se de um cavador apropriado, confeccionado em madeira de boa resistência.

Segundo Melatti (1978, p. 35) cada família elementar determina a sua área de roça individual que é plantada e cuidada pelo respectivo grupo familiar, onde o homem é o principal responsável por este trabalho. Além dessas roças (pur) individuais, os Krahó têm por costume, trabalhar coletivamente na roça que pertence a família elementar do chefe da Aldeia (Pahhy), trabalho este que é retribuído de forma imediata por uma refeição que é oferecida aos trabalhadores no próprio local. Essa roça (pur) é freqüentemente maior que as demais, possibilitando que eventualmente o Chefe da aldeia (Pahhy) possa socorrer, caso seja necessário, os demais moradores da Aldeia, fazendo doações de produtos colhidos na roça que é de sua família elementar.

² CAMPELO, Zacarias. O Índio é assim... . Casa Publicadora Batista, Rio de Janeiro, 1957, pp. 109-110. O Autor elaborou essa publicação com base em suas experiências como missionário Batista na área Krahó, instalado próximo a aldeia de Pedra Furada, durante o período de 1926 a 1935

Atualmente, segundo nosso informante, os trabalhos de limpeza do solo e derrubada das árvores é exclusivamente do homem, enquanto os trabalhos de plantio e manutenção da roça (pur) é compartilhado entre os demais componentes da família elementar. Dodanin (Piyken) Krahó nos informa ainda que atualmente, os trabalhos em regime de mutirão, realizados anteriormente apenas na roça (pur) do chefe da aldeia, tornou-se uma prática comum nas roças (pur) das demais famílias elementares, sobretudo nos períodos que antecedem as festas, agilizando assim, a produção de alimentos. Além disto, o proprietário da roça (pur) onde acontece o mutirão, tem por obrigação, fornecer as refeições necessárias ao grupo de trabalho.

Essas roças (pur), coletivas (em grupo), possuem uma rigorosa organização e dependendo de sua finalidade, possuem um espaço destinado à cozinha, onde as mulheres (pyjê) preparam a comida para todo o pessoal que trabalha na elaboração da roça (pur), eventualmente pode haver um ou mais homens ajudando nos trabalhos da cozinha; buscando lenha, água ou mesmo mantendo o fogo. Além do espaço da cozinha, é preparado um lugar com boa sombra, destinado ao cantor que tem por objetivo animar os trabalhos dos homens, entoando canções tradicionais. O trabalho na roça é realizado em dois grupos - Enquanto um grupo trabalha, o outro descansa e se alimenta numa área contígua a do cantor, também especialmente escolhido com boa sombra e um banco improvisado (figura 1).



Figura 1 – Ao lado, foto obtida pelo Autor, em julho de 2005, na área indígena Krahó, próximo a Aldeia de Pedra Branca, no município de Itacajá. Detalhe da cozinha da roça comunitária da escola da Aldeia de Pedra Branca. Essa roça está situada a dois quilômetros da Aldeia de Pedra Branca, próximo a antiga Aldeia do Posto, na margem de um córrego, afluente do ribeirão dos Cavalos.

À tarde, pouco antes de terminar os trabalhos, dois homens são escalados para cortar uma tora que deverá ser utilizada na corrida de toras de retorno para a Aldeia (Kri). Caso a roça esteja sendo preparada no período das chuvas, são os indivíduos pertencentes ao partido Katameyê que cortarão as toras. Caso seja preparada na época da seca, este trabalho deverá ser realizado por indivíduos pertencentes ao partido Wakmeyê (figuras 2 e 3).



Figura 2 – Ao lado, foto obtida pelo Autor, em julho de 2005, na área indígena Krahó, próximo a Aldeia de Pedra Branca, no município de Itacajá. Detalhe do cantor no centro da fotografia, encarregado de animar os trabalhos de preparação da roça comunitária da escola da Aldeia de Pedra Branca. Essa roça está situada a dois quilômetros da Aldeia de Pedra Branca, próximo a antiga Aldeia do Posto, na margem de um córrego, afluente do ribeirão dos Cavalos.



Figura 3 – Ao lado, foto obtida pelo Autor, em julho de 2005, na área indígena Krahó, próximo a Aldeia de Pedra Branca, no município de Itacajá. Detalhe do grupo de trabalho efetuando o desmatamento da área da roça comunitária da escola da Aldeia de Pedra Branca. Essa roça está situada a dois quilômetros da Aldeia de Pedra Branca, próximo a antiga Aldeia do Posto, na margem de um córrego, afluente do ribeirão dos Cavalos.

O calendário agrícola é a seu modo, a sabedoria do tempo; o conhecimento e a utilização da sazonalidade das estações. O clima é ao mesmo tempo o ritmo secular da vida agrária, influenciando nos trabalhos e nas festas, que por sua vez, possuem uma forte dependência sobre as mudanças bruscas de clima, ou mesmo das catástrofes que ameaçam as colheitas e às vezes a própria vida. Como está e como será o tempo é a interrogação constante dessas sociedades agrárias. Basta observarmos a previsão das observações climáticas registradas na sabedoria popular dos ditados e provérbios. Portanto, a análise climática que propomos realizar, será unicamente centrada sobre os aspectos biológicos, relacionados com uma finalidade agrícola .

Temos portanto, em primeira análise, que os climas que banham o território agrícola Krahó, se caracterizam por uma sazonalidade específica, marcada pela oposição entre o período de chuvas e o período de seca que compreende respectivamente os meses de outubro a março e de abril a setembro. Esta divisão marcante do clima que define uma oposição entre seco e molhado, definiu também, a base da organização social Krahó, onde cada metade exogâmica governa um determinado período climático. Assim, o partido Wakmeyê governa o período da seca, portanto, os indivíduos desta metade são responsáveis pela derrubada, broca (cortar o mato pequeno) e queima do mato. Por outro lado, o partido Katameyê, governa o período das águas (chuvas), ficando responsável por todas as atividades exercidas depois da queimada: plantio, capina (coivara) e colheita.

Este modelo de organização é frequentemente empregado nas roças (pur) comunitárias do Chefe da Aldeia (Pahy), utilizadas para eventualmente socorrer alguma família ou membro da comunidade; na roça (pur) da escola, utilizadas para complementar a merenda escolar que é fornecida com muita irregularidade pela prefeitura de Itacajá; ou ainda, no caso de roças (pur) programadas para serem tocadas por várias famílias elementares. Em qualquer destes casos, sempre que houver mais de um homem numa mesma casa (família), um vai para a roça (pur) comunitária enquanto o outro vai para a roça particular.

Para o plantio, a maioria das sementes são atualmente compradas no comércio em Itacajá ou doadas por organizações não governamentais. São poucas as pessoas que conseguem guarda-las para o plantio, pois, devido a grande falta de alimentos, na maioria das vezes, as pessoas são obrigadas a comer as sementes que armazenam para plantar no

ano seguinte. Apesar disto, aqueles que conseguem manter suas sementes armazenadas da forma tradicional, o fazem acondicionando os grãos dentro de cabaças, juntamente com cinza e pimenta seca, moída sem o talo. Em seguida é confeccionada uma tampa hermética com a madeira do buriti. Com este procedimento, pode-se conserva-la por até dois anos ou mais. Este processo só é utilizado quando se trata de milho, amendoim, fava e feijão andu. Eventualmente pode-se substituir a pimenta e cinza, pelo gergelim, proporcionando o mesmo resultado e no caso do milho, pode-se guarda-lo na espiga, amarradas e penduradas juntamente com as cabaças contendo outras sementes, em local quente e seco, preferencialmente logo acima do fogo da cozinha, onde podem receber fumaça e calor.

Todo o plantio depende da lua para ser realizado. Cada espécie de planta tem sua fase da lua correspondente e, quando por qualquer motivo, for necessário plantar alguma coisa fora de sua lua específica, são necessários procedimentos também específicos, como no caso da mandioca que, para planta-la “fora da lua certa, é preciso encontrar a madeira certa para cortar as ramas.”³

“Minha avó não plantava com ferro, só plantava com casca de pau. Não colocava as mãos na semente. Abria as covas com uma ponta de pau e despejava as sementes da cabaça numa casca de pau para depois plantar.” (Dodanin Piyken Kraho, entrevista concedida ao Autor em 20 de dezembro de 2005, Aldeia Manoel Alves Pequeno, gravada e, fita cassette).

Tradicionalmente, o ato de plantar é uma atividade sagrada, na qual as pessoas, sobretudo as mulheres, devem seguir uma série de procedimentos. Antes de plantar, a mulher deve cortar o cabelo, tomar banho e fazer sua pintura corporal. Ela deve ficar bonita e bem arrumada antes de ir semear em sua roça. No caso do plantio do amendoim, por exemplo, além de toda essa preparação, a mulher não podia comer doce, pois se o fizesse, as formigas comeriam todo o amendoim, antes mesmo de ser colhido.

Depois do plantio, alguns cuidados ainda devem ser tomados, para que a roça possa crescer saudável e ter uma boa colheita. Assim: “Quando a roça estava nova, florando, as moças jovens não podiam andar na roça, principalmente se estivessem menstruadas, senão, isso poderia perder toda a plantação. As flores caem e os frutos não

³ Conforme entrevista concedida ao Autor pelo nosso principal informante Dodanin Piyken Kraho em 20 de dezembro de 2005, na Aldeia de Manoel Alves Pequeno, município de Itacajá – TO.

vingam” (Dodanin Piyken Krahó, entrevista concedida ao Autor em 20 de dezembro de 2005, Aldeia Manoel Alves Pequeno, gravada em fita cassete).

LOCALIZAÇÃO DAS ROÇAS

O empobrecimento e a perda da fertilidade do solo, promovida pelo simples fato da retirada antecipada da colheita, foram indiscutivelmente, um dos principais fatores limitantes da produção agrícola, até o aparecimento dos adubos químicos e naturais. Até a chegada da fronteira agrícola, os solos cultivados apresentavam, em geral, graves carências de matéria orgânica. O aumento da acidificação e desertificação do solo, foi acentuada, sobretudo nas terras arenosas de aluvião (como foi o caso de algumas regiões do Cerrado e da Caatinga). A perda da fertilidade não foi inteiramente compensada pelo desenvolvimento dos diferentes modos de cultura, e com isso, o repouso periódico da terra, foi durante muito tempo, a melhor solução para o esgotamento bioquímico do solo. Durante este período, o solo “repousa” - não se semeia nem se retira nenhuma colheita e com isto, a vida microbológica se reconstitui naturalmente.

Atualmente, os Krahó continuam fazendo suas roças (pur), nos lugares escolhidos conforme os mesmos critérios de antigamente: numa faixa de terra boa (pjê pej), nas cercanias das matas ciliares (cô toh káh mã iron) e próximas à um córrego (côhpare), ou um rio (côhcati) com água boa.

A distância da roça para a Aldeia (Kri) varia de acordo com o tempo de implantação do assentamento⁴ pois, o período de plantio consecutivo na mesma área de terras é de no máximo dois ou três anos, com isto, os proprietários dessas roças (pur), são forçados a procurar novas terras para cultivo, em locais cada vez mais distantes da Aldeia (Kri), deixando descansar as terras antigas.

Para o acesso a esses locais de plantio, são abertas picadas (caminhos) (pur mã pry) específicas que também são utilizados para acesso aos locais de caça, sobretudo nas antigas áreas de roças (pur) abandonadas, onde são frequentes as visitas de animais que se alimentam de algumas espécies remanescentes (figuras 4 e 5).

⁴ Em alguns locais, como no caso da aldeia de Pedra Branca, instalada a mais de quarenta anos na mesma região, suas roças estão sendo cultivadas a mais de oito quilômetros de distância.

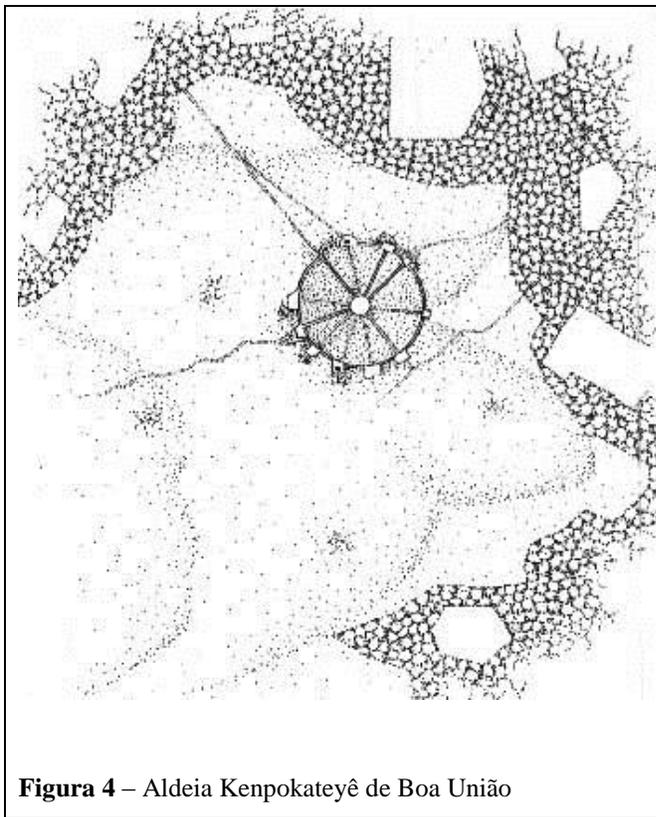


Figura 4 – Aldeia Kenpokateyê de Boa União

Desenho em bico-de-pena (pontilismo), extraído da aerofoto número 15983, faixa 4730 B, representando a aldeia Kenpokateyê de Boa União. Esta Aldeia (Krí) surgiu como resultado de uma cisão da antiga Aldeia de Pedra Furada, sendo construída em época próxima ao ano de 1967, data de obtenção das aerofotos por nós utilizadas. Pode-se notar que a grande quantidade de roças (pur) abertas na mata ciliar (cô toh káh na irom) bem próxima a Aldeia (Krí) e o fato de alguns caminhos para as roças (pur mã pry) ainda não terem sido abertos, indica que a implantação deste assentamento remonta à época muito recente; inferior a cinco anos. Essa Aldeia (Krí) foi instalada num local com solo muito arenoso (pjên xôm), coberto por vegetação de campo (pô), próximo ao ribeirão (côhcati) Xupé, na região central do atual território dos Krahó. Nos anos de 1962/63, Melatti visitou a área Krahó e em recenseamento por ele efetuado, encontrou a Aldeia de Boa União com 109 pessoas.

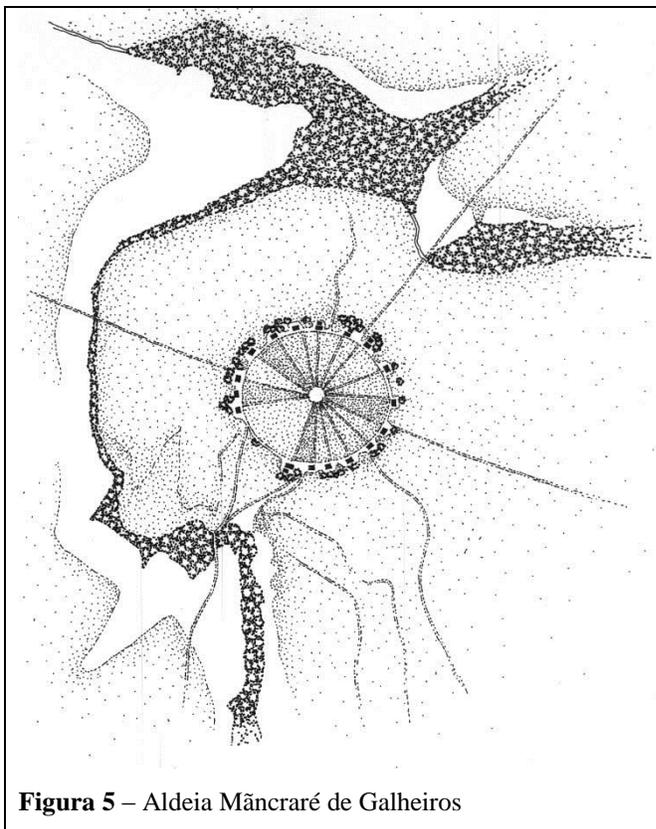
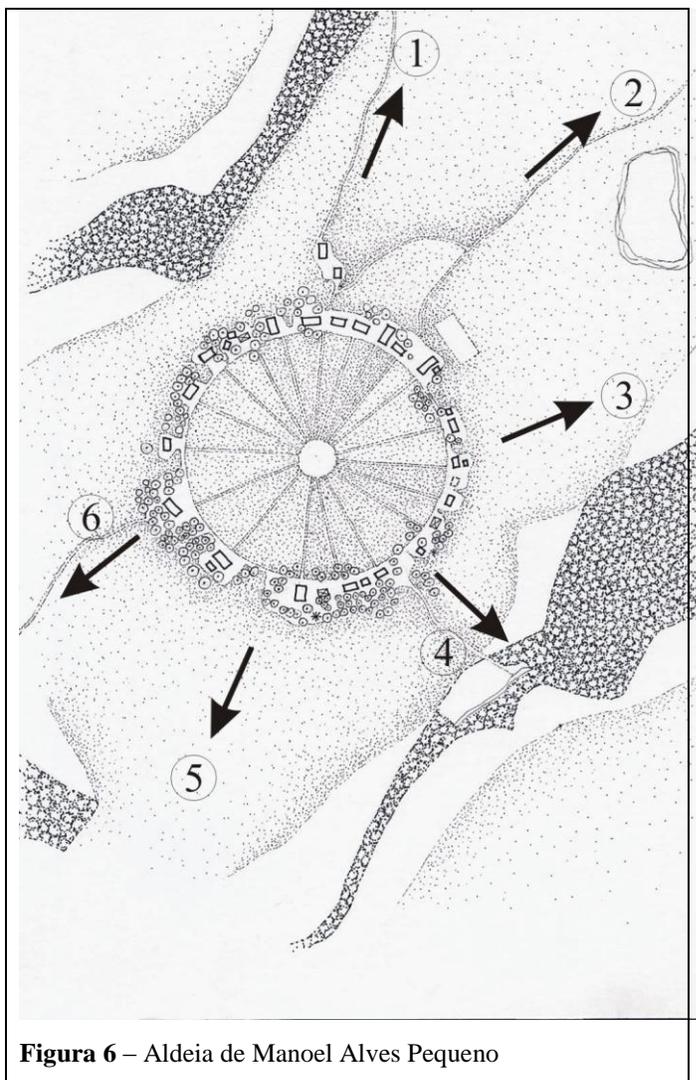


Figura 5 – Aldeia Mãnçraré de Galheiros

Desenho de observação em bico-de-pena (pontilismo), elaborado pelo Autor, com base em levantamento efetuado no local em 1992 e complementado com observação em estereoscópio na aerofoto nº 15980, da faixa 4730 B, obtida pela USAF, no ano de 1967, representando a Aldeia mãnçraré de Galheiros. Esta Aldeia (Krí) permaneceu neste local até o final dos anos noventa do Séc. XX, constituindo-se no principal centro de irradiação deste subgrupo. Pouco tempo depois de nossa visita a esta Aldeia, seus habitantes a abandonaram, transferindo-se para um local próximo a margem esquerda do rio Vermelho, onde estabeleceram sua aldeia, denominada Aldeia Nova. Podemos perceber que devido ao longo tempo de permanência dessa Aldeia (krí) no mesmo local, as roças (pur) desapareceram de suas áreas circunvizinhas, enquanto desenvolviam-se as áreas de remanejamento dos quintais (ikrê catut). Além disto, é evidente a diminuição das matas ciliares (cô toh káh nã irom) próximas, bem como o abandono dos antigos caminhos para as roças (pur mã pry).

Durante nossas últimas visitas à atual Aldeia de Manoel Alves Pequeno, realizadas em setembro e dezembro de 2005, encontramos essa Aldeia habitada por 217 pessoas, distribuídas em 27 casas ao longo do círculo da Aldeia. Além disto, identificamos a existência de seis caminhos que dão acesso a trinta roças distribuídas no entorno da Aldeia (figura 6), sendo que a roça mais distante encontra-se a aproximadamente quatro quilômetros e a mais próxima, a apenas quinhentos metros de distância.



Desenho de observação em bico-de-pena (pontilismo), elaborado pelo Autor, com base em levantamento efetuado no local em 2001, atualizado durante visita ao local efetuada em dezembro de 2005 e complementado com observação em estereoscópio na aerofoto nº 11370, obtida pela USAF, no ano de 1967, representando a Aldeia de Manoel Alves Pequeno. Esta Aldeia (Kri) ainda hoje permanece instalada neste local, a aproximadamente seis quilômetros a sudeste da cidade de Itacajá, na margem direita do córrego Água Fria, próximo ao rio Manoel Alves Pequeno. Podemos perceber que os quintais das casas mais antigas possuem uma maior quantidade de árvores de grande porte como mangueiras, jaqueiras, e abacateiros dentre outras e nos locais onde as casas foram construídas mais recentemente, seus quintais ainda não foram formados.

LEGENDA

- CASA
- FRUTÍFERA DE PEQUENO PORTE
- FRUTÍFERA DE GRANDE PORTE
- * PALMEIRA

Figura 6 – Aldeia de Manoel Alves Pequeno

Neste ano de 2005, os Hrahó de Manoel Alves Pequeno, não fizeram nenhuma roça comunitária. Todas as trinta roças são particulares e pertencem, cada uma, a uma família elementar, sendo cuidada e mantida pelos seus respectivos componentes. O fato de se ter mais roças do que casas é justificável pelo fato de se ter, eventualmente, mais de uma

família elementar vivendo numa só casa, neste caso, a roça é mantida pelos elementos de cada família, independentemente do fato de viverem sob o mesmo teto (figura 7).



Figura 7 – Acima, foto obtida pelo Autor, em janeiro de 2003, na área indígena Krahó, próximo a Aldeia de Manoel Alves Pequeno. Detalhe da roça do Pedro Pereira (Xôhtyc), onde pode-se observar a diversidade de espécies cultivadas em consórcio, numa mesma área plantada. Essa roça está situada bem próxima a cachoeira, na margem direita do Córrego que possui o mesmo nome.

O caminho número 1 (ver figura 6), que se origina ao norte da Aldeia, passa pela casa dos missionários e segue em direção a Itacajá, dando acesso a cinco roças. As três primeiras pertencem respectivamente ao Pedro Pereira (Xôhtyc), Adão (Xaj) e Michel (Hãjhã), localizadas a aproximadamente 1.500 metros da aldeia, próximo ao morro Jaboti, na cabeceira do córrego da Cachoeira. Cada uma possui uma área cultivada de aproximadamente 2,5 tarefas⁵, correspondendo a uma média de 10.000,00 m² (figuras 8 e 9).

⁵ Segundo Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete. Gráfica Editora Primor SA, Rio de Janeiro, Brasil, 1985, 4ª Ed. Uma Tarefa equivale a uma medida agrária de 4.356,00 m² (na Bahia), a 3.052,00 m² (em Sergipe e Alagoas) e a 3.630,00 m² (no Ceará). No caso das medidas obtidas nas roças da área Krahó, encontramos um valor médio de 4.000,00 m² de área para cada tarefa.



Figura 8 – Ao lado, foto obtida pelo Autor, em janeiro de 2003, na área indígena Krahó, próximo a Aldeia de Manoel Alves Pequeno, no município de Itacajá. Detalhe da roça do Pedro Pereira (Xôhtyc), onde pode-se observar a diversidade de espécies cultivadas em consórcio, numa mesma área plantada. Essa roça está situada bem próxima a cachoeira, na margem direita do Córrego que possui o mesmo nome.



Figura 9 – Ao lado, foto obtida pelo Autor, em janeiro de 2003, na área indígena Krahó, próximo a Aldeia de Manoel Alves Pequeno, no município de Itacajá. Detalhe da roça do Pedro Pereira (Xôhtyc), onde pode-se observar a diversidade de espécies cultivadas em consórcio, numa mesma área plantada. Essa roça está situada bem próxima a cachoeira, na margem direita do Córrego que possui o mesmo nome.

Seguindo esse mesmo caminho, adiante 2,5 quilômetros, quase na cabeceira do ribeirão dos Cavalos, encontramos a quarta roça, mantida por Bernaldo (Pohkroc). Juntamente com seu genro Roberto (Cahxê) que, em virtude de ter se casado há pouco tempo, ainda mora na mesma casa de sua sogra. Tendo em vista que essa roça foi aberta e mantida por duas pessoas, sua área plantada é bem maior que as demais roças individuais, com uma área aproximada de 4,5 tarefas (18.000,00 m²). Além desta, adiante mais alguns metros, numa área contígua, e portanto mais perto de Itacajá, encontra-se a quinta e última

roça que tem acesso por este caminho, cujo proprietário é Valdeci (Yahhe) e sua área plantada perfaz um total de aproximadamente 8.000,00 m²..

O caminho número 2 (ver Figura 6), que também se origina ao norte da Aldeia, permite o acesso ao Kapey (União das Aldeias Krahó) e às Aldeias localizadas ao norte da área indígena como Aldeia Pedra Branca, Aldeia Cachoeira e Aldeia Campo Lindo. Ao longo dessa estrada, não encontramos nenhuma área plantada, talvez por se tratar de uma estrada de acesso vicinal, relativamente movimentada, com seu traçado evitando os cursos d'água e as mata ciliares – Locais apropriados para a implantação das roças.

O caminho número 3, que se origina a nordeste da Aldeia, leva a uma única roça, mantida por duas pessoas que moram na mesma casa – Gregório (Hitetet) e Abílio (Côhcawê), à uma distância de aproximadamente 1,0 Km da Aldeia, próxima da cabeceira do córrego Água Fria, em sua margem esquerda. O tamanho dessa roça é proporcional à roça do Bernaldo (Pohkroc) e Roberto (Cahxê), com aproximadamente 18.000,00 m².

Ao tomarmos o caminho número 4, começando no quintal da casa do Secundo (Xicun), pai do nosso informante e seguindo a sudeste, logo encontramos sua roça, localizada a pouco mais de duzentos metros da Aldeia, na margem direita do córrego Água Fria, próximo ao local de banho público. Essa roça, com aproximadamente 15.000,00 m² de área plantada, é mantida pelo Secundo (Xicun) e pelo Joci (Hôre) que apesar de serem parentes, moram em casas separadas. Cem metros mais adiante, do outro lado do córrego Água Fria, encontramos a roça do Reinaldo (Jahaj), com uma área de aproximadamente 9.000,00 m² ou 2,5 tarefas. Seguindo mais adiante 2,5 Km, pelo mesmo caminho, chegamos até as roças individuais do Juarez (Hapyhi) e do Hélio Barbosa (Kràc), também com áreas equivalentes às demais roças individuais. Aproximadamente à um quilômetro ao sul da Aldeia, encontramos as roças individuais de Getúlio (Kruwakraj), Antônio Cabaça (Jarpôt) e Dodanin (Piykên), localizadas na margem direita do rio Manoel Alves Pequeno, cujo acesso é feito a partir do caminho número 5, a partir da extremidade sul da Aldeia. Cada uma dessas roças possuem aproximadamente 2,0 a 2,5 tarefas, o que equivale a uma área cultivada entre 8.000,00 e 10.000,00 m².

A sudoeste da aldeia, temos o caminho número 6 que se origina no quintal do Esmael (Aprak) e dá acesso à sua própria roça que é compartilhada com seus dois genros: Alex (Tuncô) e Antônio (Kênjawên), que, além disto, dividem a mesma casa com seu

sogro. Localizada a aproximadamente dois quilômetros da Aldeia, essa roça possui uma área plantada de sete tarefas ou 28.000,00 m². Recentemente, Esmael (Aprak) mudou-se para a Aldeia de Forno Velho, deixando a sua parte na roça, aos cuidados de seus dois genros (tabela I).

TABELA I

PROPRIETÁRIO	DISTÂNCIA (Km)	ÁREA CULTIVADA (m ²)
Roberto (Cahxêt)		
Bernardo (Pohkroc)	4,00	18.000,00
Valdeci (Yahhe)	4,50	8.000,00
Pedro Pereira (Xôhtyc)	1,50	10.000,00
Adão (Xaj)	1,50	10.000,00
Michel (Hãjhã)	1,50	10.000,00
Gregório (Hitetet)		
Abílio (Côhcawe)	1,00	18.000,00
Reinaldo (Jahaj)	0,50	9.000,00
Juarez (Hapyhi)	3,00	10.000,00
Hélio Barbosa (Kràc)	3,00	10.000,00
Secundo (Xicun)		
Joci (Hôre)	0,30	15.000,00
Getúlio (Kruwakraj)	1,00	8.000,00
Antônio Cabaça (Jarpôt)	1,00	9.000,00
Dodanin (Pyiken)	1,00	10.000,00
Esmael (Aprak)		
Alex (Tuncô)		
Antônio (Kênjawên)	2,00	28.000,00
TOTAL DA ÁREA CULTIVADA		183.000,00

Fontes: Levantamento no local, efetuado em setembro e dezembro de 2005.

Das trinta famílias que compõem a comunidade de Manoel Alves Pequeno, apenas dezenove possuem roças com uma área cultivada razoavelmente proporcional a capacidade de trabalho de cada um e que, justamente por isto, conseguem produzir algum alimento. É evidente que um total de 183.000,00 m² de área total plantada, que equivale a 843,32 m² de área cultivada por habitante, não é suficiente para abastecer essa população de 217 pessoas, ao longo de todo o ano. Com isto, a produção de alimentos das atuais roças Krahó, são suficientes para abastecê-los por apenas três ou quatro meses.

AS ESPÉCIES CULTIVADAS

De acordo com informações contidas em Melatti (1978, p. 35), “José Pinto, um índio de mais de 50 anos, conta que os antigos só plantavam milho branco, inhame, batata

doce e amendoim. Depois é que apareceu o arroz, o fumo, a fava e a mandioca.” Ainda hoje, os velhos mantêm essa afirmação. Além disto, estes produtos figuram na lista dos mais apreciados dentro da atual dieta Krahó, sendo que, curiosamente, apenas o inhame (algumas espécies), aos poucos vem deixando de ser cultivado em suas roças (pur). Na tabela abaixo, podemos visualizar as tradicionais espécies cultivadas pelos Krahó, provavelmente antes dos primeiros contatos com os colonizadores.

Segundo Francisco de Paula Ribeiro⁶, a partir dos primeiros contatos ocorridos no início do Séc. XIX, os Krahó, apesar de desconhecerem totalmente as técnicas de cultivo do fumo e do algodão, utilizavam estes produtos cotidianamente. Além disto, utilizavam ainda a farinha de mandioca que, mesmo conhecendo as técnicas de cultivo da planta, não conseguiram desenvolver os procedimentos necessários para a fabricação desta farinha (tabela II).

TABELA II

ESPÉCIES CULTIVADAS NAS ROÇAS KRAHÓ ANTES DOS PRIMEIROS CONTATOS				
NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	NOME KRAHÓ	PRIODIDADE	OUTROS USOS
arachis helodes	amendoim	cahy	alimentação	
ipomoea batatas	batata doce	yát	alimentação	
colocasia esculenta	inhame	crêrô	alimentação	
zea mayz	milho branco	põhym pej	alimentação	

Fontes: MELATTI (1978, p. 35)

Em 1844, durante sua Expedição as Regiões Centrais da América do Sul, Castelnau⁷ constatou que os principais produtos cultivados pelos Krahó eram o Cará, o Feijão e a Cana de Açúcar. Sem dúvida, esse viajante deu uma especial importância, sobretudo a Cana-de-açúcar que provavelmente ainda não fazia parte das espécies cultivadas na agricultura Krahó desse período, deixando de citar outras espécies de plantas que também eram cultivadas e faziam parte da dieta Krahó, como milho branco, inhame, batata doce e amendoim. Algumas espécies, como o arroz, o fumo, a fava e a mandioca foram, logo após este período, introduzidas na agricultura Krahó.

⁶ RIBEIRO, Francisco de Paula. “Memórias sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: Analyse de algumas tribos mais conhecidas: Processo de suas hostilidades sobre os habitantes: Causas que lhe tem dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las”. Rio de Janeiro: Revista Trimestral de História e Geografia ou jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 3, p. 73.

⁷ CASTELNAU, Francis. Expedição as Regiões Centrais da América do Sul. Brasileira, Vols. 266 e 266-A, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1949. Castelnau encontrou os Krahó em 1844, nas proximidades da povoação de São Pedro de Alcântara, atual cidade de Carolina.

Na tabela abaixo, relacionamos as espécies cultivadas pelos Krahó em suas roças, até meados do Séc. XIX, bem como sua utilização (tabela III).

TABELA III

ESPÉCIES CULTIVADAS NAS ROÇAS KRAHÓ NO PERÍODO DE 1806 A 1850				
NOME CIENTÍFICO	NOME PORTUGUÊS	NOME KRAHÓ	PRIORIDADE	OUTROS USOS
arachis helodes	amendoim	cahy	alimentação	
oriza sativa	arroz	arýjhy	alimentação	
ipomoea batatas	batata doce	yát	alimentação	
dioscolea trifida	cará	prer	alimentação	
phaseolus vulgaris	fava	pánkryt	alimentação	
phaseolus vulgaris	feijão	anture	alimentação	
colocasia esculenta	inhame	crêrô	alimentação	
manihot esculenta	mandioca	kwýr	alimentação	

Fontes: CASTELNAU (1949, p. 357); RIBEIRO (1841, p. 73); MELATTI (1978, p. 35)

Zacarias Campelo, ao chegar na área Krahó em 1926, notou que a agricultura deste grupo incluía uma diversificada produção de alimentos. Essa variedade de cultivares, certamente era o resultado da inclusão do cultivo de várias espécies de plantas, decorrentes dos contatos ocorridos com os colonizadores, no período que antecedeu a chegada deste Missionário. Na tabela abaixo, estão relacionadas as espécies de plantas que o então missionário identificou nas roças (pur) Krahó.

Podemos perceber que os Krahó cultivavam apenas quatro espécies de plantas no período que antecedeu a 1806, época em que ocorreram os primeiros contatos com os colonizadores. Enquanto o grupo permaneceu instalado nas proximidades da vila de São Pedro de Alcântara (atual Carolina), a dinâmica do contato com os não Índios, foi responsável pela inclusão de mais quatro espécies até meados do Séc. XIX, época em que os Krahó foram transferidos das proximidades de São Pedro de Alcântara, para a região de Pedro Afonso, onde o recém chegado Frei Rafael de Taggia os aguardava. Durante aproximadamente quarenta anos, esse missionário capuchinho, desempenhou seus trabalhos de catequese junto aos Krahó e demais Índios aldeados na região, tentando ensinar-lhes um ofício (sobretudo o de lavrador), compartilhando a convicção de que este era o único caminho possível para que os Índios se tornassem civilizados.

Apesar do nobre Capuchinho não ter catequizado nem mesmo um único índio durante todo o período em que esteve nessa região, por outro lado, é evidente que ele conseguiu introduzir, pelo menos, mais seis espécies de plantas na agricultura Krahó.

Com a morte de Frei Rafael em fins do Séc. XIX, os Krahó deixam a região de Pedro Afonso e iniciam um longo processo migratório, aparentemente tentando retornar ao seu território de origem, estabelecendo-se definitivamente na região de Itacajá. Podemos afirmar ainda que, os Krahó levaram consigo boa parte das técnicas de cultivo que aprenderam com Frei Rafael, mas sobretudo as novas espécies de plantas introduzidas pelo Capuchinho em sua agricultura e que foram identificadas por Zacarias Campelo em 1926, conforme relacionado na tabela IV.

TABELA IV

ESPÉCIES CULTIVADAS NAS ROÇAS KRAHÓ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

NOME CIENTÍFICO	NOME PORTUGUÊS	NOME KRAHÓ	PRIORIDADE	OUTROS USOS
cucúrbita pepo	abóbora	cuhkõn cahác	alimentação	remédio
manihot esculenta	aipim	kwýr cahkrit	alimentação	
arachis helodes	amendoim	cahy	alimentação	
oriza sativa	arroz	arýjhy	alimentação	
musa paradisíaca	banana	panan xõ	alimentação	
ipomoea batatas	batata doce	yát	alimentação	
lagenaria vulgaris	cabaça	cuhkõn		utensílios
saccharum officinarum	cana-de-açúcar	can	alimentação	
dioscolea trifida	cará	prer	alimentação	
phaseolus vulgaris	fava	pánkryt	alimentação	
phaseolus vulgaris	feijão (andu)	anture	alimentação	
phaseolus vulgaris	feijão (roxo)	pát jùhtójre	alimentação	
manihot esculenta	mandioca	kwýr	alimentação	
citrullus lanatus	melancia	praxi	alimentação	
zea mayz	milho	põhym pej	alimentação	

Fonte: CAMPELO, Zacarias. O Índio é assim... . Casa Publicadora Batista, Rio de Janeiro, 1957, p. 109-110. O autor identificou essas espécies, quando atuou como missionário Batista na área Krahó, instalado próximo a aldeia de Pedra Furada, durante o período de 1926 a 1935.

Os Krahó desenvolveram uma nomenclatura específica para classificar os diferentes tipos de solo, vegetação e recursos hídricos, reconhecendo, muitas vezes, diferentes zonas ecológicas inseridas no contexto de seu meio ambiente. Em casos específicos como o das queimadas, os Krahó utilizam o termo kwýhxêt para designar o “lugar queimado”, tanto na mata como no campo. Por outro lado, utilizam o termo ahtu pôr para nomear especificamente um “incêndio no campo”. Quando se trata de um “incêndio na mata”,

provocado para espantar os animais e assim facilitar a sua caça, o termo utilizado é *ihpôc*. Na tabela V, podemos encontrar uma lista dessas principais categorias.

TABELA V
ALGUMAS ZONAS ECOLÓGICAS RECONHECIDAS PELOS KRAHÓ

NOME PORTUGUÊS	NOME KRAHÓ	USO
brejo	carêc	roça
campo em cima do morro (seco)	ken jimôc ri pō	coleta
campo limpo	pō	coleta
Cerrado (em geral)	kakôt	coleta
clareira	amcro ou ahcapê	roça
córrego	côhpare	diverso
floresta alta	irom káhti	caça / roça
floresta muito fechada	ahkêt	caça / roça
lagoa	hipō	pesca
mata ciliar	co toh káh na irom	caça / roça
mata ou floresta	irop	caça / roça
moita	krô já cot	coleta
queimada (lugar queimado)	kwýhxêt	caça
rio	côhcati	pesca
terra arenosa (areia)	pjên xôn	-
terra boa (fértil)	pjê pej	roça
terra com pedregulhos (cascalho)	ken cá	-

Fontes: Dodanin Krahó, entrevista concedida ao Autor em setembro de 2004.

Alguns dos produtos agrícolas utilizados atualmente, foram evidentemente introduzidos após o contato com os colonizadores: o arroz, a cana-de-açúcar e algumas variedades de milho. As espécies de vegetais que predominam na atual alimentação dos Krahó são o arroz, o milho e a mandioca. Ao mesmo tempo em que esses produtos foram assumindo a preferência sobre os demais, os outros foram diminuindo proporcionalmente, a tal ponto que alguns chegaram a desaparecer por completo, como aconteceu com o *kupá*⁸ e com certas variedades de inhame e milho. O amendoim quase desapareceu e a produção de batatas e inhame é mínima.⁹

⁸ Espécie de cipó comestível, ainda hoje utilizado por diversos grupos indígenas pertencentes a família Jê, que habitam a região do Cerrado no Centro-Oeste do Brasil.

⁹ Segundo considerações de MELATTI, Julio Cesar. *Krahó: Balanço de 150 anos de contrato*. Interetnico, In: Informativo FUNAI, ano III, n.º 11/12, outubro de 1974. p. 36.

AS INTERVENÇÕES DA IGREJA E DO ESTADO¹⁰

Após a expulsão dos jesuítas durante o período Pombalino, os Índios, sem os cuidados da catequese, perderam seu elo de ligação com a sociedade envolvente, com isto, começaram a ressurgir uma série de problemas relacionados à essa situação de contato entre índios e não índios. Preocupado com isto, o Estado resolve se aproximar da Ordem de São Francisco de Assis, para que seus Frades Capuchinhos retomassem os trabalhos de catequese interrompidos pelo Marques de Pombal.

Enquanto os Jesuítas consideravam que os Índios estavam catequizados a partir do momento em que eles aprendiam nossa língua, os Capuchinhos por sua vez, adotavam a convicção de que eles eram reconhecidamente catequizados, a partir do momento em que aprendiam um ofício. Com isto, esses Frades se dedicaram a catequese, ensinando aos Índios o ofício de carpinteiro, ferreiro e sobretudo o de agricultor. Um dos primeiros Frades a chegar ao Brasil, foi Frei Rafael de Taggia, encarregado da catequese dos Índios da região norte da província de Goiás e sul do Maranhão.

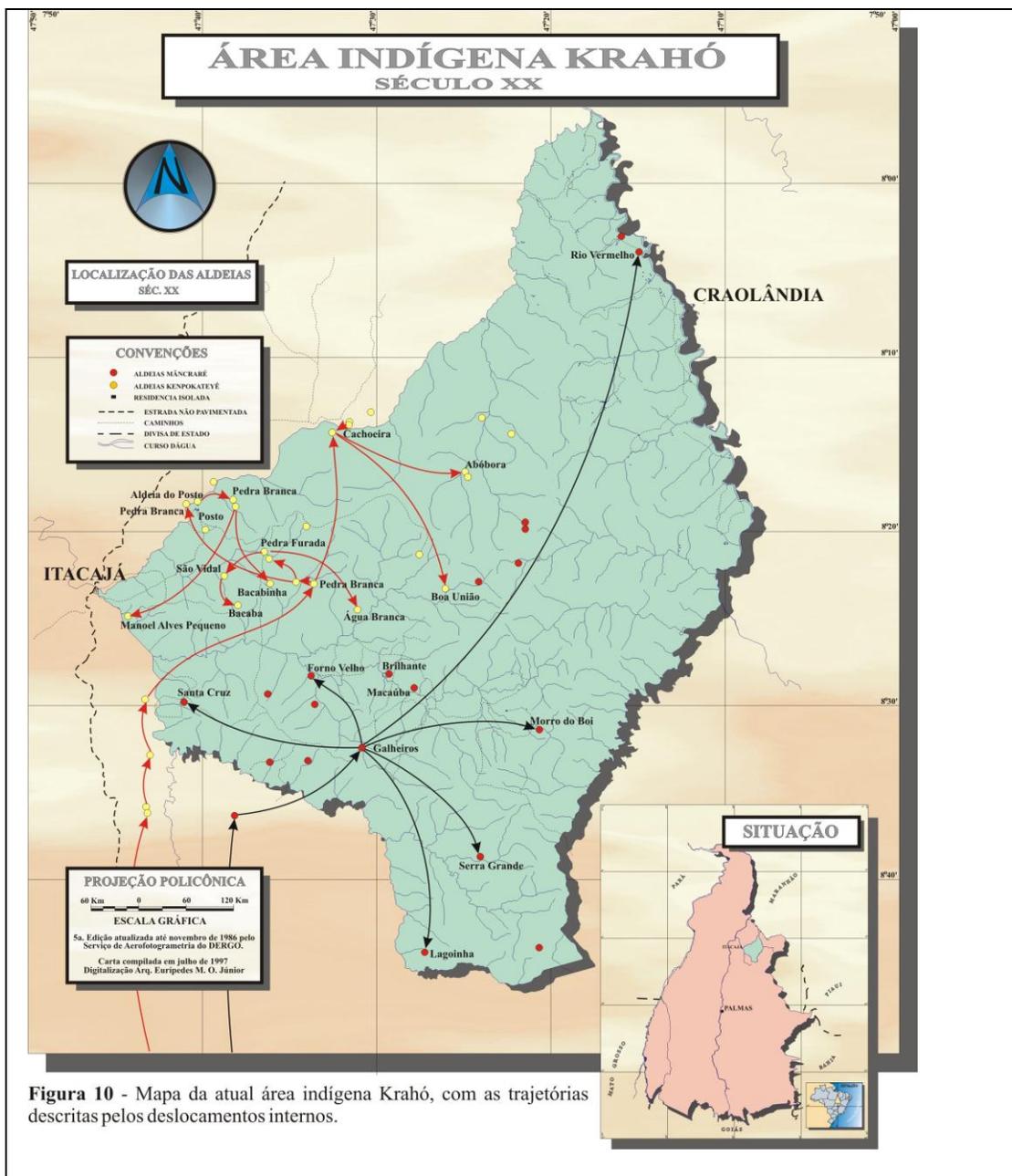
Assim que Frei Rafael chegou à confluência do rio do Sono com o Tocantins, tratou de organizar seu acampamento onde mais tarde daria início a uma povoação que ele próprio nomeou de Pedro Afonso, em homenagem ao príncipe Dom Pedro Afonso de Orleans e Bragança. Mais tarde, num lugar chamado São João, a 24 km do arraial que havia dado início, tratou de aldear os Índios e logo em seguida, construiu um colégio destinado a educação de seus filhos.

“Aí mandaram dizer pro padre, padre mandou uma grande canoa, aí acho que cinco canoa grande e aí Krahó aí subiu no rio numa vez até que chegou aí no Pedro Afonso.” (Krahó, Pedro Penon. Entrevista concedida ao Autor, em Itacajá, Aldeia Pedra Branca, em Março de 2000. Gravada em fita cassete)

Conforme este depoimento do velho Pedro Penon, Frei Rafael mandou buscar de uma só vez, todos os Índios Krahó que se encontravam aldeados nas proximidades de Carolina, acomodando-os posteriormente, nas proximidades de Pedro Afonso, ao que

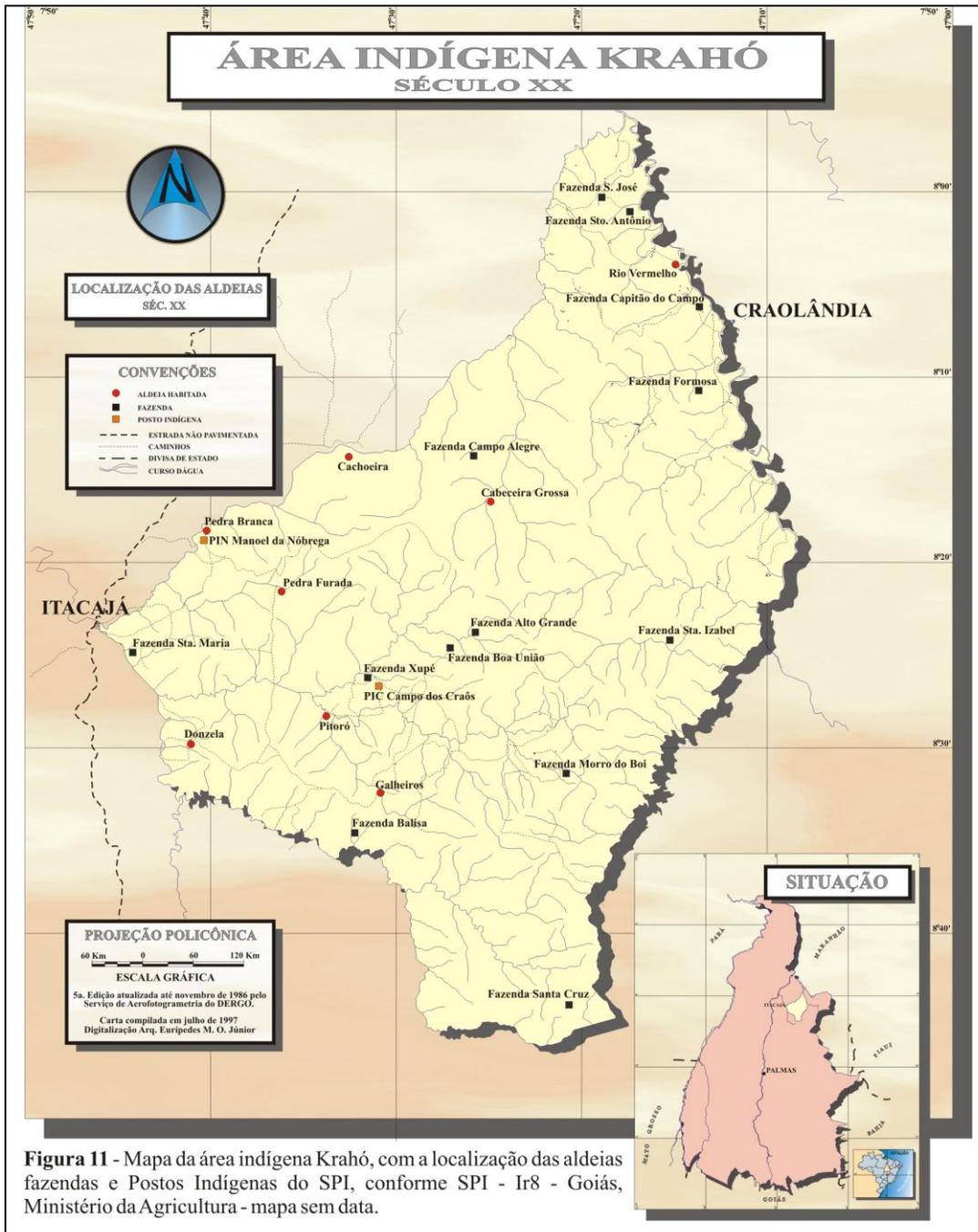
¹⁰ Apresentamos neste título, uma síntese deste tema que foi amplamente discutido em nossa dissertação de Mestrado, correlacionando-o com o objeto de nosso atual estudo. OLIVEIRA Jr. Eurípedes Monteiro de. Culturas em Confronto: Trajetória e Redefinição do Espaço Krahó. Goiânia, 2000, 161 p. Dissertação de Mestrado Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Campus Samambaia, Universidade Federal de Goiás.

parece, juntamente com os Caracatyê e Canellas, em duas aldeias, somando uma população total de aproximadamente cinco mil pessoas. Além destes, existiam ainda, três aldeias de Xerente e Xavante, situados na margem do rio Tocantins, a uma distância de doze léguas de Pedro Afonso, a montante desse rio, num local chamado Thereza Christina (atual Miracema do Tocantins) (figura 10).



Fonte: Autor (2016)

Atualmente os Krahó encontram-se confinados numa área de terras com 319.827 ha, abrangendo parte dos municípios de Itacajá e Goiatins, no norte do Estado do Tocantins (figura 11). Esse território foi demarcado em 1945, pelo então interventor do Estado, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, após um massacre ocorrido em duas Aldeias, promovido por fazendeiros da região, interessados em ocupar as terras dos Índios.



Fonte: Autor, 2016

O episódio deste massacre ocorrido em 1945, teve como imediata consequência a demarcação do território Krahó e a criação de um posto do SPI – Serviço de Proteção aos Índios, localizado na Aldeia de Cachoeira, juntamente com os sobreviventes do referido massacre. A implantação desse posto tinha como principal finalidade, marcar a presença do Estado Brasileiro na região, além de evidenciar a necessidade do SPI executar atividades que preservassem a imagem de eficiência na proteção aos Índios

Esse posto apresentava um modelo de atuação em que as atividades estavam claramente voltadas para a incorporação dos Krahó, sobretudo no desenvolvimento de atividades de pecuária, na roça do posto e na realização de rotinas com a valorização de símbolos e elementos de nacionalidade, comuns às práticas pedagógicas de nacionalização dos índios.

Como a roça do Posto não conseguia produzir excedentes comercializáveis, era comum a prática de arrendamento do território para criadores de gado da região, constituindo-se em uma fonte de renda para o Posto. Essa prática também foi largamente utilizada em outros postos indígenas, localizados em territórios de diferentes grupos, onde eventualmente não dispunham de produtos extrativos para comercialização ou perspectiva de uma agricultura comercial. Este modelo de arrendamento de terras indígenas, foi adotado pelo SPI, objetivando a geração de recursos, que pudessem ser absorvidos pelo serviço de renda indígena, responsável por parte da manutenção administrativa e assistencial do Posto.

Sejam quais forem as condições, é muito freqüente se localizarem os Postos Indígenas em regiões longínquas, selvagens, inóspitas aos civilizados, e por isso mesmo, para a instalação de um Posto, torna-se necessário um mínimo de provisões e utilidades que bastem a fundadora, durante alguns meses (Arquivo Histórico Clara Galvão, filme 380, f. 920).

A escolha do tipo de Posto, bem como o local de sua implantação, eram feitas de acordo com as circunstâncias em que ocorriam as intervenções do SPI, junto aos diferentes grupos indígenas nacionais. Assim, o modelo de atuação do Posto e sua significação, foram definidos pelo SPI, da seguinte forma:

- ✓ P.I.A. – Posto Indígena de Atração.

Este modelo de Posto foi criado pelo SPI para promover os primeiros contatos junto aos grupos desconhecidos e, por vezes, hostis.

✓ P.I.F. – Posto Indígena de Fronteira e Vigilância.

Este modelo de Posto, tem por objetivo, vigiar as populações indígenas nômades ou semi nômades que vagam por longas distâncias, atravessando as fronteiras de nosso País com os vizinhos, sem qualquer conhecimento desses limites.

✓ P.I.N. – Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação.

Com o objetivo de se promover a integração do Índio na vida social e política do País, através do ensino formal, ministrado pelas escolas, oficinas e sobretudo pela incorporação do Índio nas diferentes formas de economia, estes postos incentivavam as trocas, fabricação e venda de artesanatos, e outras formas de transações “lícitas”, sempre fiscalizadas e orientadas pelo encarregado do Posto.

✓ P.I.T. – Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento.

Os PIT, têm por finalidade, promover a assistência adequada aos Índios que se encontram já contactados e instalados em zonas sertanejas, estabelecendo contato permanente com a população local e que ainda não se integraram suficientemente à sociedade envolvente.

✓ P.I.C. – Posto Indígena de Criação.

Este Posto tinha como principal objetivo, transformar os Índios em prósperos fazendeiros pecuaristas, através da introdução do gado e do cavalo para criação em suas Aldeias, aproveitando as condições geográficas locais, que favoreciam o desenvolvimento da pecuária.

“Quando o PIC cumpre de fato a sua função, o índio progride realmente em sua interculturação. Sua posição na vida sertaneja se transforma positivamente, ganhando rapidamente novas possibilidades, quer na vida civil, quer na vida social.” (Arquivo Histórico Clara Galvão, filme 380, f. 926).

De fato, o SPI desenvolveu e implantou este modelo de Posto, pautado numa espécie de escola de educação econômica e social, para fixar e educar o Índio em seu próprio território, levando em conta apenas as condições ambientais que eventualmente favorecessem o desenvolvimento da pecuária, deixando de lado o fato de que esses povos desconhecem totalmente a domesticação e tratamento desses animais.

Com efeito, este foi o modelo de Posto escolhido para atender a área Krahó, uma vez que seu recém demarcado território, preenchia todos os requisitos geográficos para a implantação deste modelo de Posto (figura 12).

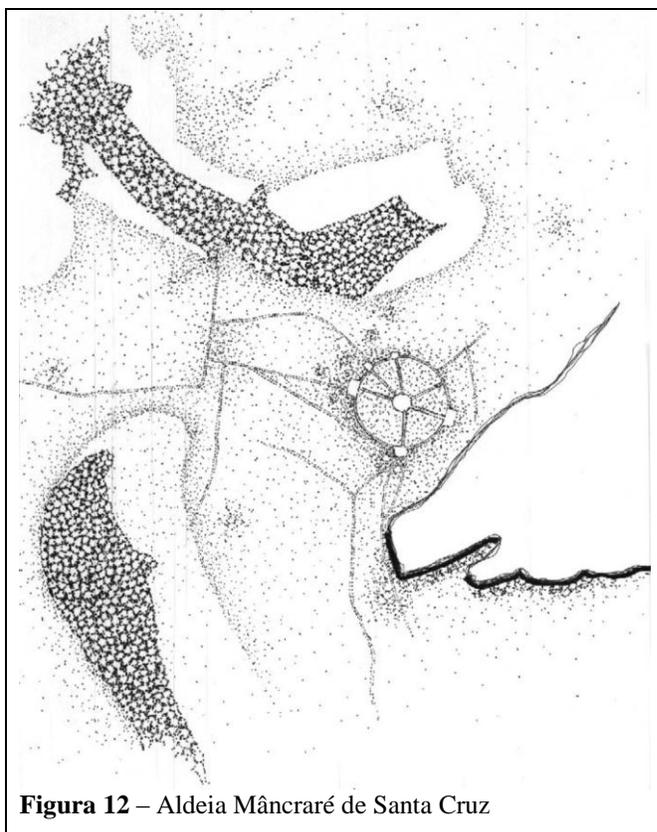


Figura 12 – Aldeia Mânrcaré de Santa Cruz

Desenho em bico-de-pena (pontilismo), extraído da aerofoto número 11755, faixa 4745 B, representando a aldeia Mânrcaré de Santa Cruz. Esta Aldeia (Kri) surgiu neste local, em função da implantação da fazenda Balisa, tendo se desenvolvido até ser dividida e parte de sua população se transferir para a antiga Aldeia de Galheiros. Esta Aldeia ainda encontrava-se instalada no mesmo local quando a visitamos nos anos de 1992 e 2000, na margem esquerda do córrego nanico, afluente do rio Manoel Alves Pequeno, ao sul da cidade de Itacajá. Apesar de não contar com um posto do SPI, esta aldeia estava integrada ao sistema, através do PIC – Campo dos Craôs, localizado na Aldeia Pitoró, atual Aldeia de Forno Velho, que ainda hoje encontra-se habitada e instalada na margem esquerda do rio Riozinho, próximo à barra do ribeirão Serrinha.

Este critério adotado pelo SPI, que desprezava o fator cultural desses povos e suas relações com o meio ambiente, foi suficiente para transformar a ideologia dos PIC, numa verdadeira tragédia cultural e ambiental.

Os Índios e sobretudo os Krahó, nosso objeto de estudo, não conseguiram desenvolver as habilidades necessárias para a criação e tratamento do gado e do cavalo e aos poucos, quando não matavam e comiam o gado, abandonavam os animais que passavam a sobreviver por sua própria conta e sorte, soltos nos campos Cerrados, espantando os animais selvagens que eram normalmente caçados pelos Índios. No final, estes Índios acabavam ficando sem o gado para se alimentar e sem os animais para caçar. Mais uma vez, o resultado de políticas públicas como essa, era a fome...

A Aldeia de Pedra Branca 4, foi escolhida para receber o primeiro Posto do SPI da área Krahó, denominado PIN Manoel da Nóbrega (figura 13), localizada na margem

esquerda do ribeirão dos Cavalos, próximo a divisa do território. Logo em seguida, a Aldeia Cabeceira Grossa (figura 14), localizada na margem direita do ribeirão Água Corrente, recebia a implantação da escola Teodoro Sampaio, encarregada de desenvolver os trabalhos de alfabetização e nacionalização de seus habitantes.

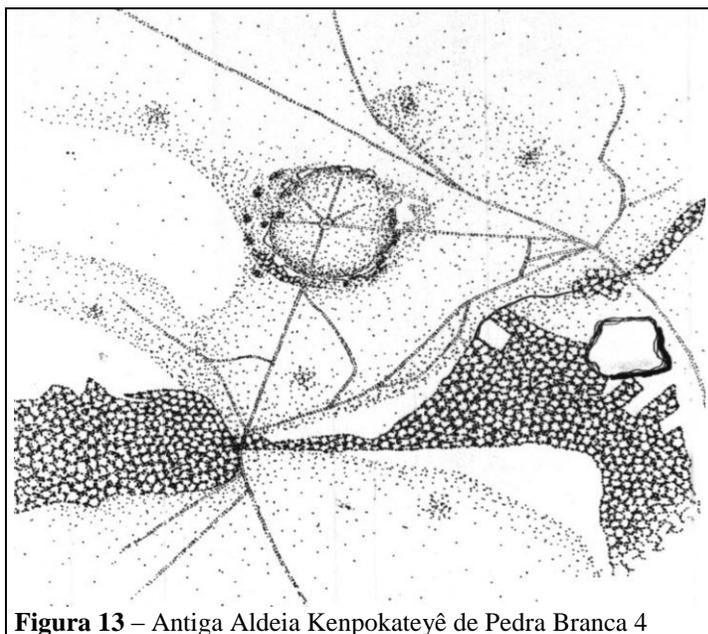


Figura 13 – Antiga Aldeia Kenpokateyê de Pedra Branca 4

Figura 13 – Desenho de observação em bico de pena (pontilismo), da antiga Aldeia Kenpokateyê de Pedra Branca 4. Desenho elaborado pelo Autor, em julho de 2000, extraído da aerofoto nº 11752, faixa 4745B, USAF, 26/06/67.

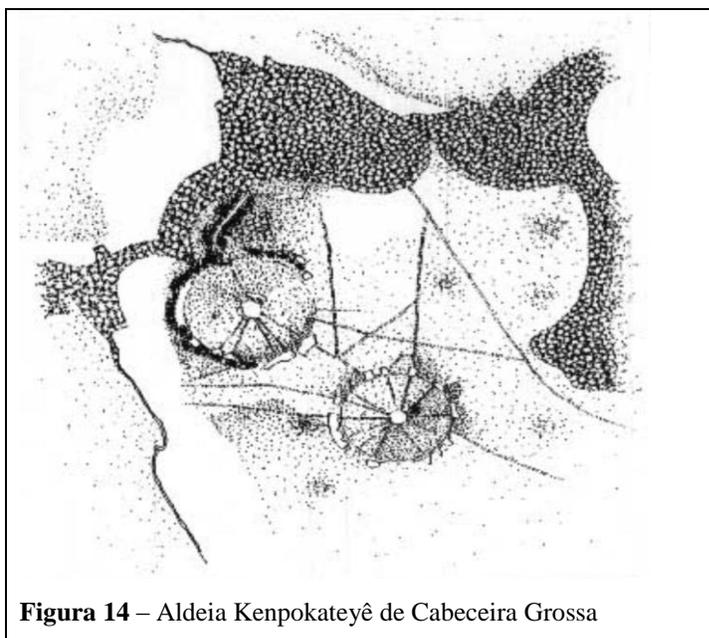


Figura 14 – Aldeia Kenpokateyê de Cabeceira Grossa

Desenho em bico-de-pena (pontilismo), extraído da aerofoto número 16065, faixa 4725 A, representando a aldeia Kenpokateyê de Cabeceira Grossa. Esta Aldeia (Krî) surgiu como resultado de uma cisão da antiga Aldeia de Pedra Furada, no início dos anos sessenta do Séc. XX.

O SPI – Serviço de Proteção aos Índios, mantinha várias fazendas de criação de gado instaladas no interior do território Krahó, todas subordinadas ao PIC Campo dos Craôs, implantado na antiga Aldeia Pitoró, atual Aldeia de Forno Velho. No mapa da figura 11, podemos encontrar a distribuição dessas fazendas no interior do território Krahó. A implantação de algumas (figuras 15 e 16) delas atraíram um grande número de famílias que se instalaram próximo às suas sedes, na esperança de que teriam melhores condições de vida, dando início ao surgimento de várias Aldeias, como aconteceram nos seguintes exemplos:

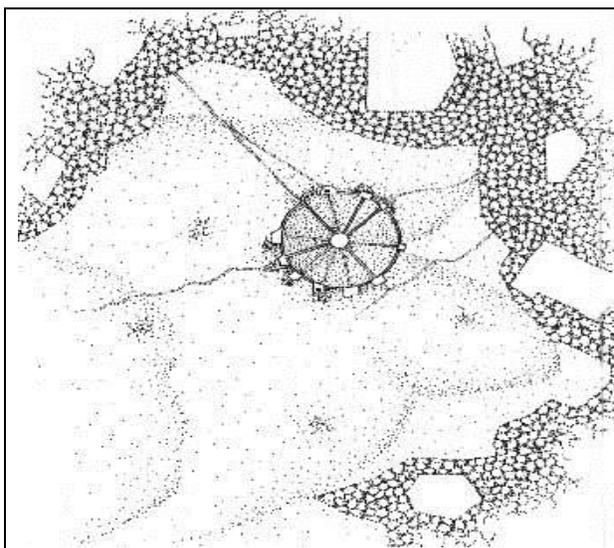


Figura 15 – Aldeia kenpokateyê de Boa União

Desenho em bico-de-pena (pontilismo), extraído da aerofoto número 16064, faixa 4725 A, representando a aldeia Kenpokateyê de Boa União. Esta Aldeia (Krí) surgiu neste local, em função da implantação da fazenda Boa União, tendo se desenvolvido por pouco tempo, até ser totalmente abandonada por seus habitantes, na segunda metade da década de sessenta do século XX. A fazenda que deu origem a esta Aldeia, estava instalada na margem esquerda do ribeirão Chupé, logo acima da sede da fazenda Chupé.

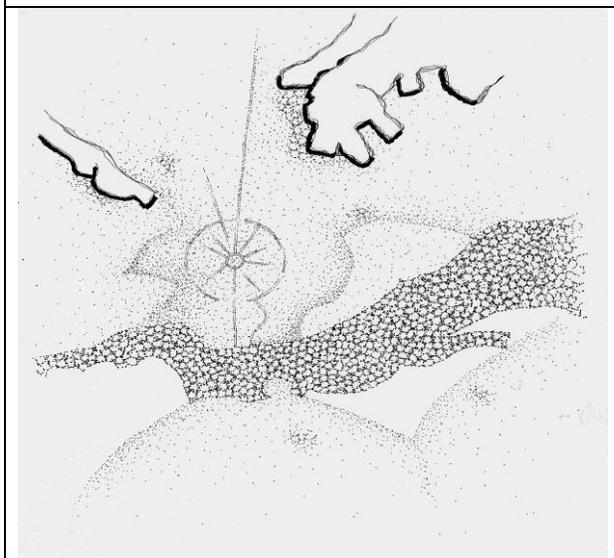


Figura 16 – Aldeia kenpokateyê de Alto Grande

Desenho em bico-de-pena (pontilismo), extraído da aerofoto número 16064, faixa 4725 A, representando a aldeia Kenpokateyê de Alto Grande. Esta Aldeia (Krí) surgiu neste local, em função da implantação da fazenda Alto Grande, no ano de 1967 e a exemplo da Aldeia Boa União, se desenvolveu por pouco tempo, até ser totalmente abandonada por seus habitantes, logo após a sua implantação. A fazenda que deu origem a esta Aldeia, estava instalada na margem esquerda do ribeirão Chupé, logo acima da sede da fazenda Boa União.

A fazenda Chupé, localizada na margem esquerda do ribeirão com o mesmo nome, tornou-se durante muito tempo, uma das mais importantes fazendas da area Krahó, até ser totalmente abandonada, após a criação da FUNAI – Fundação Nacional do Índio, em função das alterações na política de assistência aos Índios. Curiosamente, esse mesmo local, abriga atualmente a sede da CAPEY – União das Aldeias Krahó, juntamente com a escola agroambiental Catxêkwyi.

CONCLUSÃO

O espaço rural é, em síntese, o resultado do desbravamento e da ocupação do meio ambiente para uso e exploração pelas populações humanas. Tanto o conjunto da formação vegetal como a fauna em geral, são totalmente destruídas ou simplesmente alteradas em sua essência nos seus próprios ambientes, sendo substituídas por outras plantas cultivadas artificialmente ou por animais domesticados pelo homem.

Este modelo de alteração do meio ambiente é ao mesmo tempo lento e radical, alterando irreversivelmente, a estrutura e a dinâmica desses ecossistemas “naturais”. O início deste lento, mas contínuo processo de ocupação e exploração do meio ambiente ocorreu com a chegada do homem em nossa região à aproximadamente doze mil anos atrás, atingindo seu ponto máximo, com o surgimento da fronteira agrícola e a conseqüente ocupação de grandes porções de terras preparadas mecanicamente para a agricultura, onde predominam, na maioria dos casos, a monocultura de espécies de plantas domesticadas ou modificadas geneticamente.

Trata-se de uma lenta mutação ecológica, onde os elementos das estruturas e dos dinamismos biológicos são tão alterados que jamais serão como antes. Além disto, a introdução e a seleção de plantas domesticadas ou cultivadas artificialmente, é um fenômeno muito mais complexo do que se parece, uma vez que podemos caracteriza-lo como empréstimos de espécies de outros meios geográficos naturais ou artificiais, como é o caso da introdução de espécies exóticas em um determinado ambiente. Portanto, é importante ressaltar a natureza dessa nova cobertura vegetal que foi progressivamente introduzida e implantada pelos grupos humanos no decorrer de seu processo de ocupação do meio ambiente e exploração dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Odair José. **Krahó, um cotidiano de miséria**. O Popular, Goiânia, 26/06/88, Cidade/Estado, p. 8.

BALDUS, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia brasileira**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema. O desenvolvimento agrícola da região Centro Oeste e as transformações no espaço agrário do Estado de Goiás. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 2, n. 14, p. 29-49, jun. 2004.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930/1960**. Goiânia. EdUFG, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sociologia do Brasil Indígena**. Brasília: EdUnB, 1978.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**. Rio de Janeiro: Obras Científicas e Literárias, 1924.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Nacional, 1949.

CHIARA, Vilma. **A situação econômica e política dos índios Krahó – Estado de Goiás**. São Paulo: Museu Paulista / USP, 1979.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

COOK, William Azel. **Through the wildernesses of Brasil by horse, canoe and float**. New York: Americam Tract Society, 1909.

COSTA, Mario Arruda da. **Relatório Krahó**. Goiânia: FUNAI, UFG, IBRACE, DIC, FAE, OSEGO, SEPLAN, GEAI, (s. d.).

FAUCHER, Daniel. **La France: géographie - tourisme**. Paris: Larousse, (s. d.).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LADEIRA, Maria Elisa (org). **Estudando os Cerrados**. São Paulo: MEC/SEF, CTI / Coleção Educação Timbira, 1999.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. São Paulo: Edições 70, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MEIRELES, Cildo. **Craolândia** – fonte de trabalhos artísticos. Goiânia: Folha de Goiaz, 1953.

MEIRELES, Cildo. **Situação jurídica das terras da Craolândia em Goiaz**. Goiânia: Ministério da Agricultura, SPI, 1949.

MELATTI, Julio Cesar. Corrida de toras. **Revista de Atualidade indígena**, ano I, n. 1, nov. / dez. 1976.

MELATTI, Julio Cesar. **Curt Nimuendajú e os Jê**. Brasília: UnB Antropologia, 1985.

MELATTI, Julio Cesar. **Índios do Brasil**. Brasília: Coordenada Editorial de Brasília, 1970.

MELATTI, Julio Cesar. **Índios e criadores**. UFRJ, Rio de Janeiro: UFRJ / ICS, 1967.

MELATTI, Julio Cesar. Krahó: balanço de 150 anos de contrato. **Informativo FUNAI**, ano III, n. 11/12, out. 1974.

MELATTI, Júlio Cesar. **O messianismo Krahó**. São Paulo: Heder, 1972.

MELATTI, Júlio Cesar. **O sistema social Krahó**. São Paulo: USP – FFCLH, 1970.

MELATTI, Júlio Cesar. Por que a aldeia Krahó é redonda? Um traço cultural que permanece em mistério. **Informativo FUNAI**, ano III, n. 11/12, out. 1974.

MELATTI, Júlio Cesar. **Ritos de uma tribo Timbira**. São Paulo: Ática, 1978.

O POPULAR. **Krahó estão ameaçados de fome e de epidemia**. Goiânia, 20/01/1990.

O POPULAR. **Os Krahó uma exemplar nação indígena**. Goiânia, 14/09/1969.

ODUM, E. P. **Fundamentals of ecology**, Third Edition, Saunders, 1971.

ODUM, E. P. **Ecological Vignettes: ecological approaches to dealing with human predicaments**, Harwood Academic Publishes, Amsterdam, 1998.

OLIVEIRA, Acary Passos de. **Um dia com os Krahó**. O Popular, 2 de outubro de 1969, p. 10.

OLIVEIRA Jr. Eurípedes Monteiro de. **Culturas em confronto: trajetória e redefinição do espaço Krahó**. Goiânia, 2000, 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

POSEY, Darrel A. Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). São Paulo: SUMA Etnológica Brasileira, 1985.

POHL, João Emanuel. Viagem no Interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 e 1821. Rio de Janeiro: INL, 1951.

QUAIN, Buell. **Notas sobre os índios Krahó (relatório antropológico)**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1939.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1993.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão, propriedades dos seus terrenos, caráter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 12, p. 41-86, 1874.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memórias sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: analyse de algumas tribos mais conhecidas: Processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhe tem dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las. **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 3, p. 184-456, 1841.

ROCHA, Leandro Mendes. **Da proteção fraternal ao integracionismo harmonioso: aspectos ideológicos da política indigenista (1930-1967)**. Brasília: FUNAI, 1993.

ROCHA, Leandro Mendes. *La Politique Indiginiste au Brésil (1930-1967)*. Paris: Université de Sorbonne Nouvelle Paris III, 1996.

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os índios: Goiás 1850-1889**. Goiânia: EdUFG, 1998.

TAGGIA, Frei Rafael. Mapas dos índios Xerentes e Xavantes na nova povoação de Thereza Christina no Rio Tocantins e dos Índios Charaós da Aldeia de Pedro Afonso nas margens do mesmo rio (ao norte da Província de Goyaz). **Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, tomo 19, p. 119-124, 1989.

I-31,21,9 – Goiás Capitania / Cópia da memória oferecida pelo capitam d'ordenança José Pinto de Magalhães em 3 de janº de 1813, I-31,21,9, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ. É relativa ao Maranhão, Pará e Goiás. Cópia contemporânea. In – Fol. 16ff. Traz anotações

9,2,10 – Goiás (Capitania) / Memória sobre o descobrimento, Governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyas. (Por Custódio Pereira da Veiga). Villa Boa, 30 de setembro de 1812. (47 folhas)

5,1,21 – Goiás (Capitania) Limites / Roteiro de viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815. V. Ver. do Inst. Hist. 2º ser., III (1848), pag. 5.

AEROFOTOS

CRAOLÂNDIA (Aerofotografias estereofotogramétricas), Fotografias obtidas pela USAF em 1967, Faixa 4730 B, fotos nº 15977 a 15983, 7 lâminas, 24 x 24 cm., Esc. 1:60.000, P&B, Biblioteca da CPRM, Goiânia, GO, Consultada em 1995, 1999 e 2000.

CRAOLÂNDIA (Aerofotografias estereofotogramétricas), Fotografias obtidas pela USAF em 1967, Faixa 4735 A, fotos nº 16221 a 16232, 12 lâminas, 24 x 24 cm., Esc. 1:60.000, P&B, Biblioteca da CPRM, Goiânia, GO, Consultada em 1995, 1999 e 2000.